



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

www.legislativa.pi.gov.br  
**AP.010.1.000484/17**  
**Senha: 7F3544A**

www.nmtocolo.pi.gov.br

AL-P-(SGM) Nº 013

Teresina (PI), 17 de janeiro de 2017.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Antônio Félix** que:

**“Dispõe sobre o Sistema de Informação e Integração entre os órgãos de Segurança Pública – SINFOR, no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências”.**

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

APOIO DO GAB. DO GOVERNAL  
RECEBI em 19/01/17 às \_\_\_\_:

  
Responsável



# ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LEI Nº

DE

DE

DE 2016

*Dispõe sobre o Sistema de Informação e Integração entre os órgãos de Segurança Pública – SINFOR, no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Informação e Integração entre os órgãos de Segurança Pública no Estado do Piauí - SINFOR.

Parágrafo único. Entende-se como Órgãos de Segurança:

I - Secretaria de Estado da Segurança Pública do Piauí;

II - Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Piauí;

III - Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí;

IV - Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí.

Art. 2º O SINFOR deve difundir e compartilhar informações relevantes ao combate da criminalidade, articular ações para diminuição da violência e voltadas para garantir, manter e preservar a segurança pública da sociedade piauiense.

§ 1º Admitir-se-á o uso de meio eletrônico para implantar e difundir as informações.

§ 2º Os dados disponíveis são de acesso restrito aos usuários credenciados dos órgãos de segurança.

§ 3º O usuário que se valer indevidamente das informações obtidas no SINFOR está sujeito à responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 3º Os órgãos de Segurança Pública deverão organizar, padronizar e formalizar o meio mais prático e eficaz para que o SINFOR seja realizado de modo ágil.

Parágrafo único. O SINFOR será abastecido por todos os envolvidos, para que dentro de suas respectivas competências, gerenciem e atualizem seus respectivos dados para que os demais possam ter acesso.

Art. 4º O SINFOR deve priorizar o comunicado dos atos relativos ao monitoramento e saída de internos das unidades do sistema prisional do Estado do Piauí.

§ 1º O comunicado deve ser feito e enviado pela unidade prisional, em até quarenta e oito horas, após o cumprimento da determinação que reestabeleceu a liberdade ao interno.



# **ESTADO DO PIAUÍ**

## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

§ 2º Será direcionado às unidades policiais da área da Comarca expedidora da ordem judicial, bem como para o Comando Geral da Polícia Militar e Delegacia Geral de Polícia Civil.

§ 3º Entendem-se como unidade policial, as Delegacias de Polícia Civil e os Comandos da Polícia Militar, da capital e interior do Estado do Piauí.

Art. 5º O comunicado SINFOR de que trata o artigo anterior, deverá conter:

I - informações relativas à liberdade do interno, como data, local e hora da sua realização;

II - informações do seu comportamento e relacionamento dentro do sistema prisional;

III - outras informações relevantes e de interesse da Segurança Pública.

Parágrafo único. O mesmo comunicado deve ser emitido no caso de evasão irregular do sistema prisional, ou fuga.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 21 de dezembro de 2016.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

  
Dep. **FERNANDO MONTEIRO**  
1º Secretário

  
Dep. **WILSON BRANDÃO**  
2º Secretário

